



Simulado Final

TRF 2

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA

SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRF-2 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária da TRF-2**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/HkMQG6FaTaarfvtEA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategia.ac/so72o5>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A jurisprudência, entendida como o conjunto de decisões e interpretações das leis pelos tribunais, desempenha um papel fundamental no sistema jurídico. Por meio dela, os princípios e regras abstratas do direito são moldados para atender às demandas da sociedade e às particularidades de cada caso. Assim, o presente conteúdo se propõe a explorar a importância da jurisprudência na consolidação das leis, argumentando que ela não apenas interpreta, mas orienta e estabiliza o ordenamento jurídico.

Primeiramente, é fundamental reconhecer que a jurisprudência atua como uma fonte de direito complementar às leis escritas. Enquanto o texto legal proporciona a base, a interpretação dada pelos tribunais enriquece e adapta essa base às realidades sociais. Isso se evidencia, por exemplo, na capacidade dos tribunais de preencher lacunas legislativas. Em situações em que a lei é omissa ou ambígua, as decisões judiciais criam precedentes que servem de guia para casos futuros, contribuindo para uma aplicação do direito mais equânime e previsível.

Além disso, a jurisprudência promove a evolução do direito. Com o passar do tempo, as interpretações judiciais podem refletir mudanças nas normas sociais e nos valores éticos, permitindo que o direito se adapte sem a necessidade de alterações legislativas imediatas. Esse aspecto é particularmente visível em áreas como os direitos humanos, em que os tribunais frequentemente lideram avanços sociais ao interpretar as leis existentes de maneira progressista.

Outro ponto relevante é a segurança jurídica proporcionada pelos precedentes. Quando os tribunais mantêm uma linha consistente de decisões, os cidadãos e os operadores do direito têm melhores condições de prever os resultados judiciais. Isso reduz a incerteza e incentiva a resolução de disputas fora dos tribunais, desafogando o sistema judiciário e reduzindo custos para os envolvidos.

Contudo, a dependência excessiva da jurisprudência também pode apresentar riscos. A rigidez dos precedentes pode impedir a necessária adaptação do

direito a novas realidades, especialmente em um mundo que muda rapidamente. Além disso, a concentração de poder decisório nas mãos de um número limitado de magistrados pode levar a uma certa uniformidade de pensamento, o que pode ser prejudicial à diversidade de interpretações e à inovação jurídica.

A jurisprudência detém um poder significativo na consolidação das leis, atuando como um instrumento vital para interpretar, adaptar e estabilizar o direito. Enquanto essencial, ela deve ser empregada com cautela, assegurando que não apenas siga as mudanças sociais, mas também promova a justiça e a equidade. Assim, equilibrar a autoridade dos precedentes com a necessidade de evolução do direito é um dos grandes desafios dos sistemas jurídicos contemporâneos

01. A respeito dos aspectos gramaticais e linguísticos do texto acima, assinale a alternativa que faz uma afirmação correta.

- a) Na expressão 'Em situações em que a lei é omissa ou ambígua', o termo 'em que' poderia ser corretamente substituído por 'onde'.
- b) No trecho 'os princípios e regras abstratas do direito são moldados para atender', o verbo destacado é classificado como verbo de ligação.
- c) Na expressão 'para atender às demandas da sociedade e às particularidades de cada caso', o acento grave poderia ser corretamente retirado, mantendo-se a correção gramatical.
- d) No trecho 'Contudo, a dependência excessiva da jurisprudência também pode apresentar riscos', a vírgula é obrigatória.
- e) No trecho 'A jurisprudência detém um poder significativo', o acento empregado no verbo obedece à regra dos acentos diferenciais.

02. Sobre o trecho ‘. Quando os tribunais mantêm uma linha consistente de decisões, os cidadãos e os operadores do direito têm melhores condições de prever os resultados judiciais.’, assinale a alternativa que faça uma afirmação correta sobre o emprego da vírgula.

- a) A vírgula foi empregada para separar termos em uma enumeração.
- b) A vírgula foi empregada para isolar uma expressão adverbial e poderia ser retirada.
- c) A vírgula foi empregada por questões semânticas.
- d) A vírgula foi empregada para isolar oração subordinada adverbial temporal deslocada da ordem direta.
- e) A vírgula foi empregada para isolar oração subordinada adverbial concessiva deslocada da ordem direta.

03. Quanto às informações do texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O texto argumenta que a jurisprudência desempenha um papel essencial na adaptação das leis às necessidades sociais, preenchendo lacunas legislativas e garantindo uma aplicação do direito mais equânime.
- b) Uma das vantagens destacadas no texto é que a jurisprudência promove a segurança jurídica, proporcionando aos cidadãos e operadores do direito a capacidade de antecipar os resultados judiciais, o que, por sua vez, pode reduzir litígios e custos.
- c) O texto critica a jurisprudência por sua inflexibilidade e pelo risco de concentração de poder decisório nas mãos de poucos magistrados, o que poderia prejudicar a diversidade de pensamento jurídico.
- d) O texto ressalta que a jurisprudência pode liderar avanços sociais, especialmente em áreas como os direitos humanos, ao interpretar as leis de maneira progressista, refletindo mudanças nas normas sociais e valores éticos.

e) De acordo com o texto, a jurisprudência é retratada como uma fonte de direito menos tradicional do que a legislação, sendo utilizada apenas em casos excepcionais quando não existem leis aplicáveis.

04. Assinale a alternativa em que a reescrita entre parênteses esteja de acordo com a norma padrão de concordância.

- a) as decisões judiciais criam precedentes que servem de guia para casos futuros. 2º parágrafo // (as decisões judiciais criam precedente que servem de guia para casos futuros.)
- b) a interpretação dada pelos tribunais enriquece e adapta essa base às realidades sociais. 3º parágrafo // a interpretação dada pelos tribunais enriquecem e adaptam essa base às realidades sociais.
- c) Quando os tribunais mantêm uma linha consistente de decisões, os cidadãos e os operadores do direito têm melhores condições de prever os resultados judiciais. 4º parágrafo // Quando o tribunal mantém uma linha consistente de decisões, os cidadãos e os operadores do direito tem melhores condições de prever os resultados judiciais.
- d) Assim, equilibrar a autoridade dos precedentes com a necessidade de evolução do direito é um dos grandes desafios dos sistemas jurídicos contemporâneos. Último parágrafo // Assim, equilibrar as autoridades dos precedentes com a necessidade de evolução do direito são grandes desafios dos sistemas jurídicos contemporâneos.
- e) em que os tribunais frequentemente lideram avanços sociais ao interpretar as leis existentes de maneira progressista. 3º parágrafo // em que os tribunais frequentemente lideram avanços sociais ao interpretarem as leis existentes de maneira progressista.

05. Sobre o seguinte fragmento:

Contudo, a dependência excessiva da jurisprudência também pode apresentar riscos. A rigidez dos precedentes pode impedir a necessária adaptação do direito a novas realidades, especialmente em um mundo que muda rapidamente.

Julgue as afirmativas abaixo.

- I. O termo 'Contudo', tem valor **concessivo**.
- II. O 'pode', na primeira ocorrência, foi empregado com o mesmo sentido que na seguinte frase. 'Ele já pode fazer esse concurso'.
- III. Se fosse inserido um acento de crase no 'a', após o termo 'direito', a correção seria prejudicada.

Está(ão) correta(s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) Apenas a I
- d) Apenas a III
- e) Todas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

06. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



07. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é:

- a) 550
- b) 560
- c) 570
- d) 580
- e) 590

08. Em um gráfico de setores calcule o ângulo correspondente ao setor de Contabilidade

- a) 48°
- b) 49,5°
- c) 51°
- d) 52,5°
- e) 55°

09. Um reservatório tem a forma de um paralelepípedo reto-retângulo e mede 0,50m de largura, 1,20 m de comprimento e 0,70m de altura. Estando o reservatório com certa quantidade de água, coloca-se dentro dele uma pedra com forma irregular, que fica totalmente coberta pela água. Observa-se, então, que o nível de água sobe 1cm. Isto significa que o volume da pedra mede, em centímetros cúbicos:

- a) 0,42
- b) 60
- c) 600
- d) 6000
- e) 420.000

10. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

11. Segundo a Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre Direito Ambiental Constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo empreendedor.
- b) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
- e) Consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, como é o caso da Vaquejada e das brigas de galo.

12. A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Sobre a referida norma, analise os itens.

I - Resíduo sólido é aquele que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresenta outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

II – Reciclagem é o processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa.

III - Geradores de resíduos sólidos são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

Estão corretos apenas o(s) seguinte(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) III

NOÇÕES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

13. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o longo prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) leva em consideração exclusivamente o ambiente interno da organização.
- e) envolve apenas determinada unidade da organização.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Lilian Novakoski

14. Julgue as assertivas sobre Direitos Humanos e Fundamentais

I – Dentre as garantias sobre direitos fundamentais está previsto o mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por entidade partidária de nível estadual, desde que com representação na câmara de deputados do seu estado.

II - Os tratados incorporados pelo rito especial constitucional (aprovados em dois turnos, por três quintos dos votos em cada Casa do Congresso Nacional) não podem servir de parâmetro para avaliar a constitucionalidade de uma norma infraconstitucional qualquer.

III- Em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi reconhecida a dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis, sendo esses elementos fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, prevendo expressamente que todo ser humano tem direito a nacionalidade, bem como, direito de mudar e que ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas

IV- São traços característicos dos direitos humanos a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a indisponibilidade.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) III e IV
- e) II e IV

15. Sobre direitos das pessoas com deficiência, previstos nas Leis 13.146/2015, Lei 10.098/2000 e Lei 10.048/2000, assinale a Incorreta:

- a) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.
- b) As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário, devendo também, empresas de transporte coletivo reservar assentos para este grupo de pessoas.
- c) É ajuda técnica os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória
- e) Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

16. Em relação ao poder hierárquico da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) as relações hierárquicas independem da existência de subordinação.
- b) a edição de atos normativos internos para ordenar a atuação dos subordinados é uma decorrência do poder hierárquico.
- c) pelo poder hierárquico, a Administração Pública pode condicionar e restringir direitos individuais em prol da coletividade.
- d) o poder hierárquico não autoriza a revisão da atuação dos agentes públicos.
- e) a punição das infrações funcionais internas dos servidores decorre diretamente do poder hierárquico.

17. Sobre o processo administrativo disciplinar, previsto na Lei 8.112/1990, é correto afirmar que:

- a) as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito.
- b) da sindicância poderá resultar a aplicação de penalidade de advertência, suspensão ou demissão.
- c) o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de dois servidores estáveis designados pela autoridade competente.
- d) o servidor que responder a processo disciplinar poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente antes da conclusão do processo.
- e) à autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é facultado promover a apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

18. Conforme a Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.230/2021, a sentença proferida nas ações de improbidade deverá:

- a) desconsiderar as consequências práticas da decisão, quando decidir com base em valores abstratos.
- b) indicar, na apuração da ofensa a princípios, critérios subjetivos que justifiquem a imposição da sanção.
- c) considerar, para a aplicação das sanções, apenas de forma isolada, a extensão do dano causado.
- d) ser encaminhada ao segundo grau pela remessa necessária.
- e) considerar, na aplicação das sanções, a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente.

19. A Lei Federal nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta. Sobre esse diploma normativo, assinale a alternativa correta

- a) é dever do administrado fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado.
- b) o requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito, sendo admitida a solicitação oral em determinados casos.
- c) um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- d) todos os atos externos do processo administrativo devem ter firma reconhecida.
- e) as decisões tomadas mediante decisão coordenada excluem a responsabilidade originária de cada órgão envolvido.

20. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta.

- a) é vedada a criação de outras modalidades de licitação, sendo admitida a combinação das modalidades já existentes.
- b) as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica nos casos devidamente justificados.
- c) quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- d) em regra, na sistemática da nova Lei de Licitações, a fase de habilitação precede a de julgamento.
- e) nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato terá o prazo máximo de dois anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. De acordo com as normas sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Justiça tem sede na capital federal, mas não tem jurisdição, porque é órgão meramente administrativo destinado a promover o controle interno do Poder Judiciário.
- b) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão máximo do Poder Judiciário e tem por função precípua a guarda da Constituição Federal.
- c) o Tribunal de Contas da União é órgão do Poder judiciário que faz controle de legalidade e não de jurisdição.
- d) O Conselho Nacional de Justiça, com sede na capital federal, compõe-se de quinze membros, sendo todos nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) A vitaliciedade assegura ao magistrado que a perda do cargo não poderá ocorrer por mera decisão administrativa, mas apenas por sentença judicial transitada em julgado. No primeiro grau, a vitaliciedade é adquirida após a posse no cargo.

22. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Os processos de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção têm
 - a) procedimentos especiais. A ação popular, por sua vez, tem rito comum.
 - b) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.
 - c) Das ações constitucionais, as únicas que dispensam advogado é o *habeas corpus* e a ação popular.
 - d) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.
 - e) Todas as ações constitucionais admitem a modalidade preventiva.

23. O artigo art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. É possível classificar este dispositivo como:

- a) Norma de eficácia plena, sendo autoaplicável e não restringível, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.
- b) Norma de eficácia contida, estando apta a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que pode ser restringida por parte do poder público.
- c) Norma de eficácia contida, sendo autoaplicável e não restringível, possuindo aplicabilidade direta, imediata e integral.
- d) Norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação futura para produzir todos os seus efeitos.
- e) Norma de eficácia limitada, estando apta a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que pode ser restringida por parte do poder público.

24. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o entendimento do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) O estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do *status libertatis* e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do *due process*.
- c) Os estrangeiros residentes no país, uma vez atendidos os requisitos constitucionais, são beneficiários da assistência social, fazendo jus ao

denominado benefício de prestação continuada (BPC).

- d) É legítima e não ofende o direito à vida nem, tampouco, a dignidade da pessoa humana a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.
- e) É legítima a previsão de limites de idade em concursos públicos, quando justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

25. Sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As federações podem ser formadas por agregação ou por segregação. No Brasil, o federalismo é formado por agregação.
- b) A auto-organização dos Estados-membros manifesta-se por meio da elaboração de suas Constituições, fruto do exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador e da atuação de suas Assembleias Legislativas.
- c) No Brasil, os Estados organizam-se sob a forma de federação em decorrência de razões geográficas e culturais. Pode-se afirmar que uma federação deve possuir repartição constitucional de competências, indissolubilidade do vínculo federativo, nacionalidade única e rigidez constitucional.
- d) O Distrito Federal é ente federado autônomo e, como tal, dispõe de auto-organização, autoadministração, autolegislação e autogoverno. A auto-organização do Distrito Federal manifesta-se por meio de Constituição Distrital.
- e) Os Municípios possuem Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

26. Com relação à condição, ao termo e ao encargo, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina a validade do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) São defesas as condições potestativas puras, assim entendidas como aquelas que sujeitarem o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
- c) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas terão valor, realizada a condição, ainda que com ela sejam incompatíveis.
- d) Meado considera-se, no mês de fevereiro que não recaia em ano bissexto, o seu décimo quarto dia.
- e) O encargo suspende a aquisição, mas não o exercício do direito.

27. Com relação ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) A compra e venda pode ter por objeto coisa futura, ficando sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era concluir contrato aleatório.
- b) Não se pode deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa.
- c) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
- d) É nula a compra e venda entre cônjuges, ainda que esta tenha por objeto bens excluídos da comunhão.
- e) Não pode um condômino em coisa divisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto.

28. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade opera como excludente de ilicitude, e portanto, afasta o dever de reparar o dano.
- b) São responsáveis pela reparação civil, uma vez demonstrada sua culpa, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência do fato ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) São subsidiariamente responsáveis com os autores os co-autores.
- e) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento dano, não terá direito a exigir reparação civil, face à compensação das culpas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

29. Acerca dos princípios aplicáveis ao Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A dimensão substancial do devido processo legal é a fonte de uma série de direitos e garantias que dizem respeito à validade do processo.
- b) A dimensão processual do devido processo legal é a fonte dos deveres de proporcionalidade e razoabilidade, impondo que o juiz, administrador e legislador tomem atitudes observando tais princípios.
- c) Não há mitigações ao princípio do contraditório no Código de Processo Civil brasileiro.
- d) O Princípio da publicidade tem duas dimensões; interna – publicidade para as partes; e externa – publicidade para terceiros, possibilitando maior controle processual.
- e) O princípio da boa-fé está explícito na Constituição Federal, mas implícito no Código de Processo Civil.

30. Assinale a alternativa em desconformidade com o disposto sobre a COMPETÊNCIA no Código de Processo Civil:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) Os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente. O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.
- c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta no Distrito Federal.
- d) Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.
- e) É competente o foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento.

31. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A gratuidade da justiça compreende a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse
- b) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- c) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- d) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.
- e) Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

32. Paula Fernanda é professora de direito penal de uma Faculdade de Direito que é autarquia municipal na comarca de São Bernardo do Campo - SP. Em conluio e unidade de desígnios com seu assistente Sergio Roberto, decidem se apropriar do notebook e do microfone de última geração que foi entregue à Paula Fernanda para que esta pudesse ministrar as aulas. Assim, Sérgio Roberto, sabendo da condição de funcionária pública de Paula Fernanda, concorda com o intento criminoso e visando facilitar a manobra criminosa, coloca os objetos na bolsa enquanto a professora conversava com alguns alunos ao final da aula. Contudo, ao tentarem sair da Faculdade, foram surpreendidos pelo Segurança que foi avisado por um dos alunos que a tudo assistiu. Nesse caso hipotético, assinale a opção correta:

- a) Paula Fernanda responde por peculato-furto e Sérgio Roberto, por furto.
- b) Ambos respondem pelo crime de peculato, pois a condição de funcionário público é pessoal e elementar do delito, transmitindo-se ao coautor.
- c) Apenas Paula Fernanda responde pelo crime de peculato, pois ser funcionário público é uma condição pessoal e não se comunica aos coautores.
- d) Ambos respondem pelo delito de peculato, sendo obrigatória a redução da pena em 1/2 caso haja Paula Fernanda repare o dano após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) Paula Fernanda responde pelo crime de peculato doloso, enquanto Sergio Roberto responde por peculato culposo, pois concorreu para o delito de outrem.

33. Segundo disposições preceituadas no Código Penal, no que tange ao concurso de pessoas, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.

- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

34. Assinale a alternativa correta acerca da aplicação da lei penal.

- a) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, mesmo que aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- b) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- c) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, salvo se vier norma posterior mais benéfica, tendo em vista o princípio da retroatividade da norma penal em benefício do réu.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

35. Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade.
- c) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público.
- d) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal.
- e) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

36. Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, assinale a afirmativa correta.

- a) Inexiste mandado constitucional expresso para a criminalização do racismo.
- b) Somente a publicação feita em meios impressos é circunstância qualificadora do crime de incitação ao racismo.
- c) O texto da Lei nº 7.716/1989 já criminaliza a homotransfobia, sendo desnecessária lei específica para essa finalidade.
- d) A fabricação de ornamento com a cruz suástica é um fato típico se houver o propósito de divulgação de ideais nazistas.
- e) O delito de injúria racial não é previsto na Lei nº 7.716/1989 e, por isso, não é classificado com um crime de racismo.

37. A Lei dos Crimes Hediondos (8072/90) contempla tratamento mais rigoroso a diversos crimes nela previstos, tanto no seu artigo 1º, que prevê os crimes hediondos propriamente ditos, quanto no seu artigo 2º, que contempla os chamados crimes hediondos por equiparação.

A caracterização de um crime como hediondo faz com que determinados institutos sejam vedados. Dentre as proibições legais não está

- a) fiança.
- b) liberdade provisória.
- c) graça.
- d) indulto.
- e) anistia.

38. José, após longa apuração, foi acusado pelo Ministério Público da prática do crime de tortura no exercício de suas funções públicas. Considerando a robustez das provas existentes, consultou o seu advogado a respeito das consequências de eventual condenação criminal, mais especificamente em relação à sua situação funcional, pois ocupava cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa

O advogado respondeu corretamente que, ante os termos da Lei nº 9.455/1997, José

- a) deve perder o cargo de provimento efetivo e não mais poderá ingressar no serviço público, mesmo após o período de cinco anos de reabilitação penal.
- b) ficará suspenso do cargo de provimento efetivo durante o período de cumprimento da pena, não tendo direito à remuneração correspondente.
- c) deve perder o cargo de provimento efetivo, mas não há óbice a que reingresse no serviço público, a qualquer tempo, caso preencha os requisitos exigidos.
- d) deve perder o cargo de provimento efetivo, e sofrerá a interdição para o exercício de cargo, função ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- e) terá a sua situação funcional apreciada pela autoridade administrativa competente, que somente não aplicará a sanção de perda do cargo se houver bons antecedentes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

39. Acerca dos princípios do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) Considerar inquéritos policiais e ações penais em curso, sem condenação definitiva, como maus antecedentes não viola o princípio da presunção de inocência.

b) A despeito do princípio da vedação à autoincriminação, é possível que o réu seja conduzido coercitivamente para audiência de reconhecimento pessoal.

c) A redistribuição de processos em razão do procedimento de especialização de varas criminais viola o princípio do Juízo Natural, conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores.

d) A atração, por continência ou conexão, do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados ofende as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal, nos termos do entendimento atual do STF.

e) O STF atualmente admite a execução provisória de pena criminal, não configurando violação ao princípio da presunção de inocência.

40. Acerca da prisão e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

a) A despeito de não ser cabível a decretação da prisão preventiva *ex officio*, o STJ admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio*.

b) É cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o acusado for pessoa maior de 70 anos de idade.

c) A audiência de custódia deverá ser realizada em até 24h a contar da prisão em flagrante, cabendo, excepcionalmente, o emprego de videoconferência, mediante decisão da autoridade judiciária competente, desde que este meio seja apto à verificação da integridade do preso e à garantia de todos os seus direitos.

d) É cabível a decretação da prisão preventiva em caso de acusado reincidente, ainda que se trate de reincidência em crime culposos.

e) O reexame da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva deve ser realizado a cada 90 dias, e eventual atraso na execução deste ato implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão, com a imediata colocação do custodiado em liberdade.

41. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial, à ação penal e às provas:

- a) o valor probante dos elementos de convicção produzidos no bojo do inquérito policial é amplo, devendo a eles ser conferido idêntico valor probante àquele concedido às provas produzidas no curso da instrução processual.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de justa causa, é possível o desarquivamento dos autos ainda que não haja notícia da existência de prova nova.
- c) O MP não tem legitimidade para aditar a queixa-crime nos casos de ação penal privada exclusiva, por se tratar de demanda em que há interesse meramente privado.
- d) O recurso cabível para impugnar a decisão de não homologação do acordo de não persecução penal é o recurso em sentido estrito.
- e) A representação da vítima, nos crimes de ação penal pública condicionada, pode ser oferecida pelo próprio legitimado ou por procurador, ainda que sem poderes especiais.

42. Juca foi denunciado pela suposta prática do crime de desacato (art. 331 do CP), em tese praticado contra um oficial de justiça federal no exercício de sua função. O Juízo do competente juizado especial federal criminal, contudo, entendeu não haver justa causa, motivo pelo qual não recebeu a denúncia, extinguindo o processo.

Neste caso, caso deseje impugnar a decisão, o MPF deverá:

- a) interpor apelação, no prazo de 10 dias
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- d) interpor apelação, no prazo de 05 dias
- e) impetrar Mandado de Segurança

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

43. Considerando as regras de interpretação e integração da legislação tributária, conforme o CTN, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação tributária pode ser interpretada utilizando os princípios gerais de direito privado para definir os efeitos tributários dos seus institutos.
- b) A equidade pode ser utilizada para dispensar o pagamento de tributo devido.
- c) A analogia pode ser utilizada para criar tributos não previstos em lei.
- d) Os princípios gerais de direito público são utilizados na ausência de disposição expressa na legislação tributária.
- e) A legislação tributária que trata da suspensão do crédito tributário pode ser interpretada de maneira extensiva.

44. Considerando as regras de pagamento do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
- b) O pagamento de crédito por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.
- c) O crédito tributário não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora.
- d) A consignação em pagamento só pode ocorrer nos casos de recusa de recebimento por parte da administração.
- e) A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento.

45. Considerando as súmulas vinculantes e a jurisprudência do STF e do STJ sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A imunidade tributária dos livros, jornais e periódicos aplica-se à importação e comercialização do livro eletrônico (e-book) e dos suportes utilizados para fixá-los, como leitores de e-books.
- b) A imunidade recíproca não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- c) A imunidade tributária de instituições de assistência social sem fins lucrativos abrange entidades fechadas de previdência social privada, independentemente da contribuição dos beneficiários.
- d) A norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- e) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

46. Acerca da seguridade social, sua organização e seus princípios, nos termos da Constituição Federal e das Leis n. 8.212/91 e 8.213/91, assinale a afirmativa correta.

- a) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, sem preferências.
- b) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, enquanto a previdência social tem caráter contributivo.
- c) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e pensionistas e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços indica que o sistema de proteção social deve oferecer todas as prestações, sem exceções, a quem delas necessite, para a consecução da igualdade e da justiça social.
- e) O princípio da precedência do custeio ou da contrapartida preceitua que os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos com a correspondente fonte de custeio total, salvo os serviços e as ações públicas de saúde que deverão ser prestados independentemente de contribuição.

47. José Carlos (Zeca) é contribuinte individual do RGPS há mais de 10 anos e durante todo esse período vem recolhendo suas contribuições.

Zeca vive em união estável com Duda há 35 anos e o casal tem 03 filhos: Chica, com 30 anos, Miguel, com 20 anos de idade, e Linda, com 23 anos, que está cursando ensino superior.

Chica possui deficiência intelectual desde o nascimento, mas trabalha na padaria do bairro onde mora e recebe mensalmente 01 salário-mínimo.

Miguel e Linda não possuem qualquer deficiência, nem são inválidos.

Duda tem 60 anos de idade.

Hoje, ao sair de casa, Zeca foi atropelado por um ônibus e veio a óbito. Superado o período de luto, a família solicitou a pensão por morte.

Assinale a opção correta sobre o benefício de pensão por morte de Zeca e seus dependentes.

- a) Terão direito à pensão por morte de Zeca, apenas sua esposa Diana e seu filho Miguel de 20 anos de idade.
- b) A esposa de Zeca terá direito à pensão por morte por 20 anos.
- c) Linda terá direito à pensão por morte até terminar o curso superior e Chica não terá direito ao benefício por estar empregada e ter remuneração.
- d) A pensão por morte de Zeca equivale a 100% do valor da aposentadoria por incapacidade permanente a que o segurado teria direito na data do óbito e seu valor será rateado em partes iguais entre os dependentes.
- e) A pensão por morte de Zeca equivale a 80% do valor da aposentadoria por incapacidade permanente a que o segurado teria direito na data do óbito e seu valor será rateado em partes iguais entre os dependentes.

48. Em relação aos benefícios por incapacidade e ao regime de previdência complementar, assinale a opção correta.

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente deverá ser concedida automaticamente se o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária por mais de 02 anos ininterruptos.
- b) Para a concessão do auxílio por incapacidade temporária decorrente de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de mutilação, o segurado deverá cumprir a carência mínima de 12 contribuições.
- c) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- d) O regime de previdência complementar dos servidores públicos que são amparados por regime próprio de previdência deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.
- e) Os planos de benefícios de previdência complementar instituídos pelos entes federativos para seus servidores poderão ser oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.

DIREITO AMBIENTAL*André Rocha*

49. A mineradora ABC S/A recebeu um comunicado da Justiça Federal por um suposto crime contra o meio ambiente em virtude de uma ação tomada por decisão de seu órgão colegiado. Segundo o comunicado, a decisão estratégica da empresa de manter as atividades de lavra em um local sem licença ambiental de operação vigente caracterizava indícios de conduta criminosa cometida pela pessoa jurídica ABC S/A.

Consultando o setor jurídico da empresa, o CEO recebeu, corretamente, a seguinte informação da advogada líder do setor:

- a) Caso a pessoa jurídica seja responsabilizada, excluir-se-á a responsabilidade das pessoas físicas que compõem o colegiado e que eventualmente tenham sido partícipes do mesmo fato.
- b) A pessoa jurídica ABC S/A pode ser responsabilizada penalmente, uma vez que a suposta infração foi cometida por decisão de seu órgão colegiado, no interesse da entidade.
- c) A pessoa jurídica deve ser responsabilizada penalmente, não podendo ser desconsiderada.
- d) A pessoa jurídica, por seu caráter impessoal, só pode ser responsabilizada pelo eventual crime nas esferas administrativa e civil.
- e) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, são: multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade.

50. A Lei Complementar n. 140 de 2011 fixou normas para a cooperação entre os entes da federação nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas.
- b) Para fins de licenciamento ambiental e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não deve ser aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- c) Compete aos municípios gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais.
- d) A atuação supletiva é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições.
- e) O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita desde que seja instaurada a competência do ente que atue supletivamente.

Estudo de Caso 1

João é um cidadão comum que reside em um apartamento em uma grande cidade. Ele possui uma empresa de tecnologia e trabalha frequentemente de casa, onde mantém equipamentos valiosos e dados sensíveis de seus clientes. Um dia, enquanto João estava fora em uma viagem de negócios, a polícia local recebeu uma denúncia anônima afirmando que João estaria utilizando seu apartamento para atividades ilegais relacionadas ao tráfico de drogas.

Com base na denúncia anônima, a polícia decidiu investigar a residência de João. Sem um mandado judicial, os policiais foram até o apartamento de João e, encontrando a porta trancada, decidiram arrombá-la para realizar a busca. Durante a invasão, a polícia não encontrou qualquer substância ilícita ou evidência de atividades ilegais. No entanto, os policiais danificaram diversos equipamentos de João e deixaram o apartamento em completa desordem.

Quando João retornou de sua viagem, ficou extremamente abalado ao encontrar seu apartamento arrombado e em desordem. Ele também descobriu que alguns dados confidenciais de seus clientes haviam sido comprometidos devido aos danos causados pela polícia aos seus equipamentos. Indignado, João decidiu acionar judicialmente o Estado, alegando violação de seu direito à inviolabilidade domiciliar, danos materiais e morais.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/correcao-de-redacao-aspectos-linguisticos-ate-30-linhas/)

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/correcao-de-redacao-aspectos-linguisticos-ate-30-linhas/>

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/correcao-de-redacao-aspectos-linguisticos-ate-30-linhas/>

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 3

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](https://www.estrategiaconcursos.com.br/corcao-de-redacao-aspectos-linguisticos-ate-30-linhas/)

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/corcao-de-redacao-aspectos-linguisticos-ate-30-linhas/>

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
